

PODER

Comandante assume “desbolsonarização”

Primeira missão do líder do Exército, Tomás Paiva, foi facilitada pela decisão do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro de pedir adiamento da promoção polêmica. No Palácio do Planalto, militares continuam sendo afastados de funções estratégicas

» VINÍCIUS DORIA
» VÍCTOR CORREIA

A primeira missão do novo comandante do Exército, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, foi cumprida com mais facilidade do que previa o próprio governo. Ex-ajudante de ordens do então presidente Jair Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid não vai mais assumir a chefia do 1º Batalhão de Ação de Comandos, em Goiânia. Ontem, ele encaminhou um pedido ao general Paiva solicitando o adiamento de sua designação por causa da investigação aberta por ordem do Supremo Tribunal Federal (STF) nas contas de assessores de Bolsonaro por suspeita de caixa 2.

A dificuldade que o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, encontrou para barrar a nomeação de Mauro Cid foi apenas o estopim da demissão do então comandante, general Júlio César Arruda, que ficou menos de um mês no cargo. Ontem, o ministro comentou as suspeitas que pairam sobre o ex-ajudante de Bolsonaro, mas disse que é preciso aguardar as investigações.

“Eu estava com muita dificuldade de tratar desse assunto com o comando do Exército. Muita dificuldade. Há um espírito de corpo muito forte, há um ambiente político muito forte”, afirmou José Múcio. “Primeiro, a gente precisa ter acesso a isso (às provas). O presidente foi o primeiro a dizer: ‘Olha, essa história de condenar por condenar, eu já fui vítima disso. Vamos averiguar o que é que tem’. Precisa ver ao que vamos ter acesso nesse inquérito, ou nessas denúncias, porque não tem nem inquérito”, completou.

O 1º Batalhão de Ação de Comandos, em Goiânia, é considerado estratégico porque tem autorização para atuar em operações de emergência em Brasília. A mudança de Mauro Cid estava prevista desde o primeiro semestre do ano passado, quando saiu

a lista de promoções do Exército. O adiamento da promoção do tenente-coronel não o impede, porém, de se habilitar a cargos compatíveis com sua patente, mas o próprio militar informou ao comandante que vai esperar a conclusão das apurações em torno das denúncias de uso de caixa 2 por assessores de Bolsonaro antes de fazer nova solicitação.

O veto à promoção do ex-ajudante de ordens do Palácio do Planalto partiu do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está empenhado em desmilitarizar o Palácio do Planalto e afastar os auxiliares mais ligados a Bolsonaro. Dar solução para o caso era a primeira incumbência do novo comandante da Força. A iniciativa de Mauro Cid significa um problema a menos na mesa do general que, ontem, reuniu-se pela primeira vez com o Alto-Comando do Exército, em Brasília. O governo espera que o novo líder da instituição faça valer a sua autoridade para recolocar o Exército no trilho de suas atribuições constitucionais. A reunião do Alto-Comando foi presencial e contou com 16 generais de quatro estrelas, posto mais alto da corporação. A expectativa do governo é de que, com a troca do comandante, haja a identificação de militares da ativa e da reserva que participaram dos atos golpistas de 8 de janeiro, em Brasília, com a consequente punição de quem apoiou o quebra-quebra na Praça dos Três Poderes.

Número 2 demitido

O governo federal deu continuidade, ontem, ao processo de reestruturação dos órgãos ligados à Presidência da República, em especial os que estão sendo ocupados por militares. Em decisão assinada pelo presidente em exercício, Geraldo Alckmin (PSB), o cargo de secretário executivo do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) — número 2

Divulgação/ES/PCEx



Governo Lula espera que o novo comandante do Exército, general Tomás Paiva, recoloca a corporação no trilho de suas atribuições constitucionais

Saiba mais

Nomeação em maio

No ano passado, o então comandante-geral, general Marco Antônio Freire Gomes, nomeou Mauro Cid como comandante do 1º BAC. A portaria é de 12 de maio. Ele nunca assumiu porque estava requisitado pelo Gabinete de Segurança Institucional e exercia a função de assessor-chefe na Ajudância de Ordens de Bolsonaro. Cid só foi dispensado em

4 de janeiro pelo chefe de gabinete de Lula, Marco Aurélio Ribeiro Santana. Em seguida foi “reverificado” a Força Terrestre e poderia começar os trâmites para assumir o batalhão. O Exército não informou por quanto tempo a nomeação de Cid ficará em “suspensão”, mas, diante do veto político, o mais provável é que ele não assumirá mais essa chefia.

na hierarquia — passou do general Carlos José Russo Assumpção para o general Ricardo José Nigri. O governo também estuda

um plano para desmilitarizar a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que sairá do GSI, comandado pelo general da reserva

Guilherme Dias, para a Casa Civil, chefiada pelo ministro Rui Costa. A Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, responsável pela segurança dos prédios da Presidência, também foi alterada: saiu o general Carlos Feitosa para a entrada do general Marcius Cardoso Netto.

No Exército, o Batalhão da Guarda Presidencial, atualmente liderado pelo tenente-coronel Paulo Jorge Fernandes da Hora, também verá mudanças no comando em breve. Segundo fontes militares, a decisão de tirar Fernandes da Hora do cargo já está tomada. O coronel foi gravado, em vídeo, discutindo com policiais militares do Distrito Federal para tentar impedir a prisão de bolsonaristas que

invadiram o Palácio do Planalto em 8 de janeiro.

Ao longo dos quatro anos de governo Bolsonaro, o verde-oliva tornou-se uniforme predominante na Presidência da República, dado o alto número de militares convocados para assumir cargos de natureza civil de assessoramento do Palácio do Planalto. Muitos também se alinharam ao projeto político de releição do então presidente, que acabou derrotado por Lula nas eleições de outubro. O antigo comando do Exército também foi acusado de ser leniente com os acampamentos golpistas instalados na frente de quartéis da Força e de tentar impedir sua remoção após a depuração das sedes dos Três Poderes da República.

Maioria dos militares exonerados pelo governo tem baixa patente

As exonerações feitas por Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República atingiram, até agora, principalmente militares de baixa patente, sem posição na cadeia de comando da segurança institucional. Dos 157 militares dispensados pelo Palácio do Planalto, somente 21% são oficiais, praças somam 79%.

Reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* mapeou o total de dispensas e exonerações de praças e oficiais das Forças Armadas, a maioria da ativa, nos primeiros 20 dias de governo. Todos desempenhavam funções no Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e na Secretaria-Geral da Presidência. As substituições vão continuar nos próximos dias.

Após a queda do comandante do Exército, general Júlio César de Arruda, por desgastes com Lula depois dos atos radicais do dia 8, o governo quer trocar o comando do Batalhão da Guarda Presidencial (BGP). A unidade também foi criticada pelo presidente, que cobrou onde estavam os soldados que defendem o Planalto durante a invasão dos vandálicos. O comandante será

substituído nos próximos dias, conforme ministros palacianos. A escolha passa pelo novo comandante do Exército, general Tomás Paiva, porque o batalhão é subordinado ao Comando Militar do Planalto.

O atual comandante da unidade, coronel Paulo Fernandes, trabalhou na reação à invasão do dia 8, mas há insatisfação no governo quanto ao desempenho dele e de seus comandados. Foi aberto um inquérito policial militar para apurar a ação do BGP na retomada do Planalto.

A primeira-dama Rosângela da Silva, a Jarja, teve papel decisivo na ordem para trocas na residência oficial, conforme assessores. Teria partido dela o pedido ao ministro Gonçalves Dias, do GSI, para substituir a equipe de militares que servia à família Bolsonaro dentro do Palácio da Alvorada, em serviços domésticos e de apoio. A assessoria de Jarja não se manifestou.

Segundo um integrante da cúpula da segurança presidencial, Jarja não admite conviver com quem atenda o ex-presidente. Ela tem receio até dos militares

Ingrid Soares/CS/DA Press



Após os atos radicais do dia 8, o governo quer trocar o comando do Batalhão da Guarda Presidencial

que preparam a comida no Alvorada, os taifeiros.

Os militares que trabalhavam dentro do Alvorada são ligados à Secretaria de Administração

da Presidência e respondem ao ministro Márcio Macêdo. Eram 45 na Diretoria de Apoio às Residências Oficiais. O último diretor era o coronel da reserva do

Exército Anderson do Nascimento Demutti. Em seu mandato, segundo integrantes do GSI, Bolsonaro foi substituído os civis que prestavam apoio no Alvorada,

como secretários, cozinheiros e garçons, por militares.

Temporários

Integrantes do GSI dizem que parte das trocas, dos cargos de patente mais baixa, faz parte de um rodízio de rotina. O procedimento comum costuma ocorrer porque os servidores militares de baixa patente, como cabos e soldados, são temporários, o contrato é renovado anualmente.

Embora de confiança, eles estavam em posições de quarto e quinto escafões. Nas proximidades das residências, atuam como segurança patrimonial, controle de cancela, sentinelas e nas entradas do Alvorada. A ampla maioria é de praças (sargentos, cabos e soldados) das três Forças. Já os de patente mais alta saíram por decisão política.

Lula exilou os militares do círculo mais próximo de sua segurança, o que reduziu o poder do GSI. A função agora é desempenhada por policiais federais lotados na Secretaria Extraordinária de Segurança Imediata do Presidente.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Página:** 2